

O LUGAR DA HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL

Gilberto da Silva Francisco¹

RESUMO: Este texto apresenta uma discussão sobre o lugar da História Antiga no Brasil. Não do ponto de vista da produção acadêmica, nem do ensino formal, disciplinar. Trata-se de um debate amplo sobre História Antiga e memória social. Para pensar a História Antiga no Brasil, foi necessário considerar a noção de história e de antiguidade atrelada a ela, bem como as críticas que começam a aparecer mais recentemente ao caráter universalista e civilizatório que destacava a História Antiga em narrativas históricas variadas. Com isso, a discussão sobre a especificidade do lugar da História Antiga no Brasil é apresentado em diálogo com um contexto de crítica do campo que é mais amplo, internacionalmente articulado, e as especificidades próprias da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: História Antiga, História Antiga do Brasil, História Antiga no Brasil.

ABSTRACT: This paper deals with a debate on the place of Ancient History in Brazil. It's not about the academic research or disciplinary teaching, but a broad debate on the Ancient History as social memory. To develop this debate, it is necessary consider the notion of History and Antiquity related to it, as well as the recent criticisms about the civilizational and universal discourse that highlighted the Ancient History in several historical narratives. Thus, the debate about the specificity of the place of Ancient History in Brazil is presented in dialogue with the criticisms on the field, in its international reach, but mainly the specificities of Brazilian society.

KEYWORDS: Ancient History, Ancient History of Brazil, Ancient History in Brazil.

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati. E, bem pensado, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria? Não teria levado toda a sua vida norteado por uma ilusão, por uma ideia a menos, sem base, sem apoio, por um Deus ou uma Deusa cujo império se esvaía?

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Universidade Federal de São Paulo. Agradeço aos colegas Fábio Augusto Morales e Gustavo Duarte Junqueira pelos longos diálogos e dicas sobre vários dos temas abordados neste texto. Agradeço, ainda, ao LEIR-MA-USP pelo ambiente de amplo diálogo intelectual, no qual muitas das questões aqui apresentadas foram discutidas, e onde conheci muito da bibliografia aqui apresentada.

Não sabia que essa idéia nascera da amplificação da credence dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? Lembrou-se do seu Fustel de Coulanges... Lembrou-se de que essa noção nada é para os Menenanã, para tantas pessoas... Pareceu-lhe que essa ideia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições... Reviu a história; viu as mutilações, os acréscimos em todos os países históricos e perguntou de si para si: como um homem que vivesse quatro séculos sendo francês, inglês, italiano, alemão, podia sentir a Pátria?²

Introdução

Neste texto, proponho a discussão de alguns pontos que considero importantes para a reflexão da relevância dos estudos de História Antiga no Brasil. Não se trata de uma análise sistemática, nem pontuada na história dessa disciplina no Brasil,³ mas da identificação, quase intuitiva, de alguns elementos que, como pesquisador e professor desse campo, fui confrontado ao longo de minha experiência acadêmica. São reflexões sobre o lugar da História Antiga no Brasil, sobretudo, como referência fundamental para a reflexão da identidade. Trata-se, portanto, dos contornos do debate sobre a memória social do que chamarei aqui, de forma um tanto generalista, de Brasil e sociedade brasileira.⁴ Para tanto, discutirei, antes, alguns elementos mais amplos, como o conceito de

² Lima Barreto. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 17 ed.. São Paulo: Ed. Ática, s.d., p. 115.

³ Para narrativas críticas sobre a disciplina no Brasil, ver Funari *et al* (2008); Silva (2011) e o artigo *O ensino e a pesquisa de História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da Plataforma Lattes*, por Dominique Santos, Grazielle Kolv e Juliano João Nazário, publicado na seção “Laboratório” deste número da revista *Mare Nostrum*.

⁴ Não desenvolverei, neste texto, o conceito de memória social. Entretanto, vale indicar algumas referências a partir das quais penso a ideia de memória social. Para uma discussão ampla do conceito de memória, incluindo a memória social ou coletiva, ver Le Goff (1990, p. 423-84) e Motta (2011). Para um debate mais específico sobre memória social e história, ver Burke (1992), considerando que “a memória social, tal como a individual, é seletiva, [e] precisamos identificar os princípios de seleção e observar a maneira como variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, bem como a forma como se modificam ao longo do tempo” (p. 238).

história e, mais detidamente, de História Antiga, objetivando entender a sua integração com o debate específico aqui proposto.

Neste ponto, é importante definir, mesmo que superficialmente, o conceito de história; e, nesse sentido, é devido dizer que o objetivo aqui não é a apresentação de um panorama do debate acadêmico, mas de uma observação rápida de sua diversidade semântica que concentra: (i) a noção de uma experiência vivida por um grupo, uma sociedade, o processo ou fato histórico (a vivência histórica, recorrendo à formulação de Le Goff);⁵ (ii) uma narrativa organizada em torno de um gênero literário específico (a narrativa histórica); e (iii) uma disciplina criada no século XIX em torno de uma noção de fonte documental como prova, procedimentos científicos e o interesse pelo passado (a disciplina histórica). Esses três significados, que geralmente são observados de forma articulada, guardam certas especificidades; e parece necessário, ao menos, citá-las.

Quando o elemento enfocado é a história vivida, interessa compreender a experiência do ser humano no planeta. De forma geral, recorrendo à abertura que o debate disciplinar vem apresentando, o recorte é coerente ao percurso do *Homo Sapiens* no planeta,⁶ mas é devido notar que são as sociedades que desenvolveram a escrita e certos arranjos organizacionais em torno de centros urbanos, chamadas de “sociedades históricas”,⁷ o foco central do estudo da disciplina. Ou seja, nesse âmbito, cabe entender se o recorte acolhe a experiência do ser humano de forma abrangente ou apenas a das chamadas sociedades históricas.

Se o interesse recai sobre o gênero literário, a delimitação é outra: trata-se de um constructo de sociedades que desenvolveram a escrita e, mais que isso, que organizavam a narrativa de fatos de uma forma específica. Tal forma detida de contar as coisas foi criada na Grécia entre os séculos VI e V a.C., em torno de uma discussão aparentemente centrada no debate sobre a adequação da noção de

⁵ Le Goff, 1990, p. 7.

⁶ Ver, por exemplo, H. Moniot, *A história dos povos sem história* e A. Leroi-Gourhan, *Os caminhos da História antes da escrita* (In: Le Goff e Nora, 1995, p. 89-112), textos que discutem a inserção de experiências geralmente apartadas do interesse da disciplina histórica.

⁷ A ideia de sociedades históricas, distintas das anteriores, teve forte base na discussão antropológica desenvolvida por Lewis H. Morgan (1877) e transportada para a História em propostas que se tornaram bastante influentes, como a ideia da “revolução urbana” cunhada por Vere Gordon Childe (1950). Para uma apresentação crítica de Childe e seus dez pontos para a “revolução urbana”, ver Smith, 2009.

mythos e *logos* como elemento essencial do discurso (Dewald, 2006, p. 165; Dussen, 2015, p. 156; Hunter 2017, p. 97). Esse gênero foi consistentemente mantido na Antiguidade e chegou ao século XIX com ampla autoridade;⁸ e apenas na transição entre o século XVIII e o XIX que a narrativa histórica articulou-se a uma forma cientificamente organizada, amplamente influenciada pelo debate iluminista, racionalizando conteúdos em torno de “documentos” identificados como provas. Ou seja, a disciplina histórica é bastante recente quando pensada em relação ao gênero literário.

Apesar das especificidades indicadas, esses três significados que articulam em si o mesmo termo, *história*, apresentam conexões bastante consistentes. Por exemplo, a experiência humana no planeta só é caracterizada efetivamente como um processo histórico dentro de balizas definidas pela disciplina ou narrativa históricas; e, nesse sentido, a organização de experiências de sociedades em periodizações específicas é um elemento central.⁹ A História Medieval, assim, independe da disciplina como uma experiência vivida por determinadas sociedades, mas só pode ser compreendida como “medieval” dadas as balizas fornecidas pela disciplina. De forma parecida, a narrativa histórica, apesar de ter sido criada e amplamente desenvolvida muito antes da disciplina histórica surgir, foi consistentemente apropriada por esta. Há, com isso, um cenário de variadas narrativas históricas produzidas por filósofos, antropólogos, jornalistas, memorialistas, historiadores da ciência e da arte. Todavia, a narrativa produzida pelos historiadores, no interior de sua disciplina que oferece um conjunto de procedimentos relacionados ao universo epistemológico específico, goza de ampla autoridade em relação às outras.

Esses são poucos exemplos que indicam uma trama muito complexa de relações entre os três significados; e, considerando as particularidades e as conexões observadas que a proposta discussão aqui será desenvolvida; ora tratando de algum desses níveis de forma mais detida; ora lidando com a complexidade de sua articulação. E, nessa composição, será tratado, mais

⁸ Para os “antecedentes” do gênero história, ver Carreira (1993) e Hartog (2001). Para as especificidades do gênero história da antiguidade até o século XVIII, ver Bentley (2006), Pitcher (2010) e Scanlon (2015).

⁹ Vale notar que o recorte temático que o gênero história, desde a Antiguidade, estabeleceu em torno do grande fato e grandes personagens só foi efetivamente colocado em questão diante de alternativas (história das minorias, “dos de baixo” e similares) na segunda metade do século XX, com exceções como a de Michelet no século XIX, indicando que, além das escolhas disciplinares, o próprio gênero atuou fortemente no recorte do que seria propriamente histórico.

profundamente, de uma parte essencial para a compreensão do todo: a chamada “História Antiga”. Com isso, quero dizer que não é possível realmente entender o que é história, nos três significados apresentados, sem entender a História Antiga.

*História Antiga europeia*¹⁰

Antes da disciplina organizada no século XIX, a História Antiga, como um período da história, já era um conteúdo existente. De fato, era uma parte essencial para se pensar a história como um todo, uma “história universal” que era constantemente dividida entre “antiga” e “moderna”.¹¹ Antes do século XIX, a constituição da periodização baseada na sequência entre pré-história e história não existia, e mesmo a periodização da história era bastante variável.¹² A História Antiga, assim, era a primeira parte da história, a história que carregava em si a lógica dos inícios. Inícios efetivamente. Tratava-se, não de uma transição como foi convencionalizado posteriormente (entre o Neolítico e a Idade do Bronze, ou, em termos mais gerais, entre a barbárie e a civilização), mas do começo de tudo, em um contexto em que a organização do tempo tinha sua base inicial nos relatos bíblicos, a partir do que se identificava o princípio em cerca de 4000 a.C. Portanto, uma narrativa que cobria aproximadamente seis mil anos de experiência humana.¹³

Foi uma nova compreensão sobre a natureza e o tempo intimamente ligada ao desenvolvimento da “História Natural” que proporcionou o descolamento da História Antiga do início de tudo. Pesquisas geológicas,

¹⁰ O que chamo de História Antiga europeia, para fins de distinção de outras formas que serão citadas em breve, tem certa equivalência com o termo “História Antiga”, até aqui utilizado, e também com o termo “História Antiga tradicional”.

¹¹ Durante o século XIX, no processo de secularização da história, o fim da História Antiga poderia ser situado, para além das referências mais tradicionais como o século V d.C. - a deposição de Rômulo Augusto - e a crise do século III d.C., também no nascimento de Cristo (Davenport, 1843, p. 5) e no Novo Império do Oeste sob Carlos Magno em 800 d.C. (Worcester, 1834, p. 4).

¹² A periodização quadripartite (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) ainda não existia, mas outras possibilidades já eram notadas. Por exemplo, a divisão tripartite que se tornou mais comum na periodização anglo-saxônica (Antiguidade, Idade Média e Moderna - ver Le Goff (1992, p. 18), para a discussão dessa periodização desde o século XVII), e uma divisão mais simples que dividia a história em dois períodos (História Antiga e História Moderna). Para os desenvolvimentos da história entre o século XV até o século XVIII, ver Fillafer (2017, p. 4-19).

¹³ A data específica de 23 de Outubro de 4004 a.C., baseada na tradição hebraica, foi proposta no século XVII pelo bispo irlandês James Ussher (Sato *et al*, 2012, p. 481) e rapidamente apropriada. Bossuet, por exemplo, no seu *Discours sur l'histoire universelle*, já utilizava a data de 4004 a.C. como referência cronológica para o início da “Primeira época” da História Antiga (Bossuet, 1621, p. 7). Para uma listagem de datas alternativas para a criação do mundo, entre os anos de 5872 até o 3761 a.C., fundamentadas em tradições diversificadas, ver Fomenko (2013, p. 74).

paleontológicas, arqueológicas e afins apresentavam um novo cenário cronológico alcançando os milhões de anos no passado, incompatível, portanto, com a referência cronológica proposta por Ussher.¹⁴ A opção foi marcada, nesse sentido, por um processo de laicização da história que deu uma nova forma à História Antiga.¹⁵ A História Antiga laica, portanto, descolou-se de uma história universal como vinha sendo proposta desde criações como as de Bossuet no século XVII, e ganhava contornos mais detidos, próximos dos Estados-nacionais europeus. Ela passava a ser parte de uma narrativa de outros inícios, um contraste civilizatório para grupos cuja ocupação remontava a épocas “pré-históricas”.¹⁶

É importante notar que, enquanto a História Antiga se tornava uma forma de explicação dos inícios dos Estados nacionais, passou a ser enquadrada nessa lógica também. Assim, Grécia, Roma, Atenas, Esparta, entre outras entidades administrativas do passado, foram interpretadas, explicitamente ou não, como formas originais do Estado-nação (Francisco e Morales, 2016, p. 72-7). Ou seja, a história (a narrativa e a disciplina), e mais especificamente a História Antiga, são formulações basicamente europeias, impregnadas do debate sobre o processo civilizatório e as dinâmicas políticas e administrativas dos Estados nacionais. Esses elementos são fundamentais para a compreensão da História Antiga, bem como das reavaliações e propostas alternativas atualmente apresentadas, que, no estabelecimento de críticas à História Antiga, abrangem a relativização do processo civilizatório como percurso único, ou mesmo preferencial, e a busca de novos referenciais, para o estabelecimento de alternativas.

No que se refere ao debate interno, há uma série de novidades que transitam entre algumas propostas discutindo a noção de centro-periferia, invertendo, em vários casos, a chave tradicional que privilegiava o “mundo

¹⁴ As novas perspectivas com relação ao cenário cronológico do planeta já estavam sendo amplamente discutidas em meados do século XIX – ver, por exemplo, Moore (1869, p. 118). Ver, ainda, Fagan e Beck (1996, p. 34-6) para o cenário mais amplo, envolvendo, inclusive, as teses de Charles Darwin.

¹⁵ Em termos mais amplos, seria iniciado um novo regime de historicidade menos marcado pelo caráter universal e mais ligado às especificidades das narrativas dos Estados nacionais, ver Hartog (2015, p. 11-20).

¹⁶ Por exemplo, na reflexão sobre a origem da França a partir da identificação da Gália, Parke Godwin (1860, p. 49) observou a interação entre gauleses e romanos a partir da lógica de uma romanização do ponto de vista religioso (a projeção de divindades romanas sobre as gaulesas); e, no caso da Grã-Bretanha, John Reeves (1869, p. xl-xli), atribuiu qualquer traço de civilização inicial na região da Bretanha à chegada dos romanos e ao estabelecimento de uma população local romanizada.

clássico” no estabelecimento de hierarquias na compreensão de diversos tipos de contatos, uma postura chamada de pós-colonialista;¹⁷ a reorganização do quadro de identidades desmontando os esquemas baseados em identidades unificadas, aculturação, assimetrias e em naturais hierarquias entre gêneros;¹⁸ até novas perspectivas que são mais focadas em aspectos territoriais e/ou ambientais, como a inserção da História Antiga nos debates sobre a História do Mediterrâneo e da História Global,¹⁹ como uma solução para a retomada das narrativas mais amplas não pulverizadas nos debates sobre as especificidades das “infinitas” identidades. Todas essas são propostas que se apresentam como alternativas ao esquema civilizatório ao qual a História Antiga era quase exclusivamente submetida. E, nesse contexto de ampla crítica, são apresentadas histórias antigas alternativas.²⁰

Outras histórias antigas

Foi apresentado, acima, como o discurso histórico foi construído a partir de referências europeias, em termos de uma história da civilização ocidental. Quanto à formulação que mais interessa aqui, a História Antiga, é devido, ainda, pensar um pouco sobre a ideia de “antigo” conectada a ela; e, mais que isso, como o “antigo”, atualmente, está no centro de um conjunto de disputas por narrativas que chamo de alternativas. Nesse sentido, é apropriado entender a definição de “antigo” que qualifica a história aqui tratada. Retomando alguns elementos, é importante notar que essa antiguidade da história foi criada em um esquema pensado como história universal. Uma história que tinha o começo muito bem definido e um fim disputado,²¹ e que se projetava para toda a humanidade, considerando que ele era referenciado pelo ato da criação divina como observado no relato bíblico. Essa proposição, que foi aos poucos sendo redefinida ao longo dos séculos XVIII e XIX, não era mais universal em termos das origens do homem, mas do processo civilizatório que abrangeria todo o planeta em movimentos de integração em escala global desde a modernidade.

¹⁷ Ver, por exemplo, Webster e Cooper (1996) e Malkin (2004).

¹⁸ Ver, por exemplo, Penrose (2016) e Stichele e Penner (2009).

¹⁹ Ver Horden e Purcell (2000) e Woolf (1990).

²⁰ Penso em “histórias alternativas”, não como versões hierarquicamente inferiores a uma “história-padrão”, correta, mas algumas propostas novas que dialogam em grande medida com um cenário já estabelecido e que foi dominante durante longo tempo. Alternativas, assim, por que se definem em diálogo com a formulação anterior, por aceitação ou oposição.

²¹ Ver nota 12.

O antigo, que era característico de toda a humanidade (a origem do homem) passava a ser delimitado em torno de um processo mais específico. Ou seja, não se tratava da história antiga de todas as regiões do planeta, mas de um processo que, em determinado momento, projetou-se pelo planeta. Os outros inícios passaram a ser matéria de narrativas propostas em diálogos disciplinares entre a “História Natural”, Arqueologia e Etnografia (Childe, 1988, p. 9-28). Entretanto, ao antigo, situado no processo de origem da civilização ocidental, foram imputadas certas equivalências relacionadas às sociedades identificadas como centrais nesse processo. O antigo começava a ser também compreendido como “clássico” (greco-romano e essencialmente mediterrânico); ou, de forma mais abrangente, incluindo experiências como a das sociedades do Antigo Oriente Próximo, integradas como ponto inicial de estruturas fundamentais para o desenvolvimento do Ocidente, muitas vezes chamadas de “berço da civilização”.²²

A noção de antigo, nesse processo, foi consolidada em torno da ideia de um excepcionalismo europeu, o que aparece de forma contundente nas críticas que surgiram na segunda metade do século XX, em um cenário de reorganização da política internacional no contexto pós Segunda Guerra Mundial, movimentos de descolonização de vários países ainda dominados por impérios europeus, a proliferação de movimentos civis, as lutas contra regimes totalitários, o debate sobre os Direitos Humanos Universais, e a desagregação da Guerra Fria na década de 1980. Este contexto proporcionou a inserção de novos agentes e de novas questões no debate. O percurso único e sua referência civilizacional

²² É possível perceber que algumas estruturas de narrativa da “história do ocidente”, formuladas desde o século XIX, ainda são bastante ativas. Por exemplo, em uma obra generalista que tem como objetivo apresentar a formação da “civilização ocidental”, Michael Burger diz o seguinte: “Este livro trata da civilização ocidental, dos primeiros tempos até c. 1789. O motivo de partes do mundo serem atualmente consideradas “ocidente” é um dos temas de debate. Convencionalmente o Ocidente compreende as sociedades da Europa moderna, as Américas e a Austrália. Mas, a história da civilização começa no sudoeste da Ásia, no Antigo Oriente Próximo: atualmente, o Irã, Turquia e o Egito, e terras separadas deles, regiões que, claramente, nos dias de hoje, não são consideradas parte do Ocidente. Isso ocorre porque o Ocidente é membro de uma ampla família de civilizações que emergem daquelas civilizações mais antigas” (*This book is about the history of Western civilization from the earliest times until the present. What parts of the world should nowadays be considered “Western” is a matter of some debate; conventionally, the West comprises the societies of modern Europe, the Americas, and Australia. But the story of that civilization begins in modern southwest Asia, the ancient Near East: today’s Iran, Turkey, Egypt, and the lands that separate them, a region not now considered part of the West at all. This is because the West is a member of a larger family of civilizations that emerged from those earliest civilizations* – (Burger 2013, p. 1).

começavam a perder autoridade enquanto novas perspectivas apareciam – o processo histórico observado a partir da África e da Ásia, por exemplo.²³

Nesse cenário crítico, foi proposto, inclusive, certa ampliação do conceito de História Antiga, que volta a ser uma história dos inícios (Morris & Scheidel 2016), com uma efetiva diversificação geográfica. Ou seja, fugindo-se do excepcionalismo europeu, foram propostas histórias antigas da China, da África, da América, e mesmo do Brasil. Dessa forma, uma nova delimitação do antigo, que deixa de ser exclusivamente mediterrânico ou clássico. Mas, quais são as consequências disso?

É importante notar que a história, o gênero que foi apropriado em grande medida pela disciplina histórica, tornou-se uma ferramenta para o estabelecimento da narrativa dos Estados nacionais europeus. Ferramenta produzida por eles mesmos. Outras regiões do planeta, cuja articulação direta com fenômenos mediterrânicos ou próximo-orientais antigos, como norte da África, China, Índia e Norte da Europa, tinham lugar nessas narrativas, mas de forma assimétrica. Exemplos disso foram os conceitos de helenização e romanização que explicaram durante muito tempo os gregos, os romanos e a dinâmica do contato;²⁴ e mesmo a periodização, a intensidade e os vetores dos contatos, seguiam referências próprias das “sociedades clássicas”.

²³ Gran (1996), Iannone (2001, p. 25-6), verbete “Afrocentricity”; Demirci (2016, p. 53). No âmbito dessas novas leituras, mesmo as hierarquias começam a ser reorganizadas. Por exemplo, ao comentar a situação do mundo grego nos períodos arcaico e clássico, Kostas Vlassopoulos (2013, p. 24) o apresenta como “Uma pequena e empobrecida periferia de um mundo maior, mais antigo e mais rico. Confrontados com a antiguidade da civilização egípcia e seus enormes templos e estátuas, ou com o rico e poderoso império persa que governou um considerável número de comunidades gregas, os gregos não poderiam deixar de sentir admiração e inveja” (*a small and relatively impoverished periphery of a wider, older and much more powerful world. Confronted with the antiquity of Egyptian civilization and its enormous temples and statues, or with the rich and powerful Persian Empire which ruled over a considerable number of Greek communities, the Greeks could not help but feel awe and envy*).

²⁴ Ao comentar a relação entre “gregos” e “bárbaros”, o teólogo inglês Thomas Kelly Cheyne, na sua obra *The Relations Between Civilized and Uncivilized Races* de 1864, descrevia os bárbaros como inimigos naturais dos gregos, e estes como possuidores de uma “supremacia inerente”. Mais que isso, segundo ele, a dominação grega sobre bárbaros era uma necessidade destes, já que, entre gregos, observava-se uma comunidade livre, justiça no mercado e disciplina no campo (Cheyne 1864, p. 10). “Participar desse círculo mágico era ser absorvido por ele. A fragmentária civilização dos fenícios cedeu diante disso. A Sicília e o sul da Itália eram quase inteiramente helenizados” (*To come within the magic circle was to be absorbed. The fragmentary civilization of the Phoenicians gave way before it. Sicily and southern Italy were all but Hellenized* – *Idem*, p. 10-1). Ver, ainda, nota 17. Para críticas específicas à noção de helenização e romanização, ver Martin (2007, p. 42) e McCoskey (2012, p. 84). Para um debate amplo sobre o imperialismo e a constituição desses esquemas explicativos, chamados de “duas grandes -izações”, apresentadas como “pragas”, ver Mattingly (2013); especialmente, p. 203-45.

Entretanto, regiões apartadas desse processo histórico, como a América e a Austrália, compostas por populações que foram caracterizadas como culturas, etnias, mas não civilizações, só foram efetivamente integradas à história em narrativas “globalizantes” – as dinâmicas a partir da modernidade, como as grandes navegações, mercantilismo atlântico etc., ou enquadradas em fases selvagens ou bárbaras a partir do esforço da comparação etnográfica.²⁵ Constituiu-se uma noção de periferia tendo a Europa como centro do processo histórico que articulou várias populações do planeta, dessa forma, uma periferia da história. O Brasil, nesse contexto, integrado à história via dominação e acomodação dos portugueses na América, passaria, só então, a ser integrado à história. Até então, estava à margem dela.

No que se refere à História Antiga, continua à margem, integrado, segundo muitos, em um processo de manutenção de uma “tradição clássica”, quando se pensa no processo histórico, e na formação de uma academia intimamente ligada a centros de pesquisa europeus de estudos clássicos.²⁶ Ou seja, uma sequência imediata da proposição de outras histórias antigas é a redefinição da noção de periferia da história, o que é um elemento bastante significativo por si só; mas, ele é suficiente?

A História Antiga do Brasil

Compreender o quadro descrito é de extrema importância, já que ele indica as formas de integração do Brasil e outras periferias da história, e a situação da História Antiga europeia, como uma história dos nossos inícios, o que nos posiciona consistentemente em uma situação de periferia tripla: da vivência, da narrativa e da disciplina históricas. Aparentemente, isso justificaria o distanciamento de tal perspectiva e a busca por inícios alternativos. Se somos claramente situados na periferia de um amplo processo histórico que começou na Grécia e em Roma mais consistentemente, porque retomá-lo cotidianamente na esfera do ensino básico e superior, um dos mais importantes campos da agência da memória social em torno de discussões sobre a identidade (Guarinello, 2013, p. 7-17)? Não seria mais interessante abandonar esses inícios e propor outros que

²⁵ Ver, por exemplo, Childe (1988, p. 61).

²⁶ Para uma quantificação da formação de pesquisadores brasileiros em academias europeias, ver o artigo *O ensino e a pesquisa de História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da Plataforma Lattes*, presente na seção “Laboratório” desta revista.

não nos situassem em posição necessariamente periférica? A resposta é: não necessariamente.

Não, já que o constructo que foi descrito é ainda atuante. Ele não desaparece com a rejeição pura e simples de determinado conteúdo nas esferas da formação escolar e universitária. Ao contrário, a ideia de herança cultural, de civilização e de ocidente, para serem discutidas criticamente na redefinição de fronteiras e posições no debate histórico, dependem do conhecimento da História Antiga. Não basta dizer que Grécia e Roma não nos interessam. Elas continuam presentes em narrativas variadas, mesmo no Brasil, onde sua posição como centro pode ou não ser ratificada.

Tais narrativas são frequentemente reproduzidas em livros didáticos e paradidáticos, romances, contos e poesias; em inúmeras mídias relacionadas ao consumo de massa como novelas, filmes, livros, álbuns musicais; e mesmo na manutenção e interpretações de obras antigas como a Bíblia. Elas aparecem no repertório lexical da língua portuguesa, e na apropriação de formas arquitetônicas e artísticas antigas em várias cidades brasileiras.²⁷ Dessa forma, a proposição de uma História Antiga do Brasil como alternativa seria uma solução? Essa é uma ideia que reaparece recentemente no seio de críticas aos elementos que foram apresentados como fundamentais no esquema civilizatório – a escrita, por exemplo –;²⁸ estendendo-se a noção de história para grupos que antes estavam à margem dela. Um dos propositores da História Antiga do Brasil, o arqueólogo Eduardo G. Neves, na apresentação de um objeto específico enquadrado nessa lógica, disse que: “a arqueologia da Amazônia é, antes de tudo, uma espécie de História Antiga dos povos indígenas da região” (Neves, 2006, p. 10).

Os termos “História Antiga do Brasil” e “História Antiga brasileira”, e alguns de seus desenvolvimentos,²⁹ já vêm sendo utilizados, mas, geralmente

²⁷ Para vários estudos sobre a “tradição clássica” no Brasil, ver Chevitarese *et al* (2008). Para um estudo específico sobre arquitetura, ver Francisco (2015).

²⁸ A escrita é um dos principais índices de civilização nesse debate. Por exemplo, Morgan (1877, p. 13) indica que o estágio de civilização pode ser identificado a partir da invenção de um alfabeto fonético com o uso de uma escrita, o que foi, de certa forma, apropriado por Childe (1950, p. 3-4) que, dialogando diretamente com o esquema apresentado por Morgan, que já se mostrava amplamente aceito na época de Childe, organizando estágios de evolução entre selvagismo, barbárie e civilização, situa a revolução urbana na passagem da barbárie para a civilização e indica a escrita como um dos pontos essenciais para a identificação de um centro urbano situado no estágio da civilização, com um leve tom crítico.

²⁹ Por exemplo, “história antiga do Rio Negro” (Neves, 2015, p. 44, 54).

como conceito autoexplicativo e, portanto, sem alguma discussão sobre o seu significado mais estrito. Considerando a delimitação do objeto que ele aborda, o seu uso indica que se trata, na maior parte dos casos, de uma narrativa de grupos indígenas antes do contato com os europeus, projetando-se, assim, o território posterior para as dinâmicas passadas até então caracterizadas como pré-históricas. Entretanto, em uma entrevista, Neves discute mais profundamente a questão:³⁰

Mônica Teixeira (MT): Existe uma Pré-história do Brasil, professor?

Eduardo Neves (EN): Na verdade, não existe uma Pré-história do Brasil, existe uma História do Brasil Antigo, como eu gosto de dizer. Porque essa noção de pré-história ela traz à mente uma noção de que não havia história antes do início da colonização europeia. Acho que essa distinção só retoma que ela de fato é uma concepção sobre o passado que pode ser diferente.

MT: Mas, quando se fala de pré-história, também não se está falando do fato de povos que não tinham a escrita?

EN: Sim, mas por que a escrita tem que ser um indicador se um povo tem história ou não? Tem várias maneiras de registro pela história, como a tradição oral, por exemplo, que também são importantes.

MT: Então, do mesmo jeito que tem um mundo antigo, aquele dos fenícios, dos romanos, dos gregos clássicos etc., existe, então, uma História Antiga do Brasil?

EN: É, inclusive eu tenho usado esse termo nos últimos tempos: História Antiga do Brasil para se referir ao que algumas pessoas entendem como Pré-história do Brasil. Porque é muito esquisito você imaginar que, até o dia 21 de Abril de 1500, os povos indígenas viviam na Pré-história e, no dia seguinte, eles acordam e a História está inaugurada.

MT: De fato é, vamos dizer, eurocêntrico.

³⁰ Trata-se de uma entrevista concedida pelo pesquisador (docente do Museu de arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo) à Univesp TV em um programa intitulado “História”, para o vídeo completo da entrevista, ver o link <https://www.youtube.com/watch?v=v3Tg-z6q97Q>

A ideia de História Antiga do Brasil não é efetivamente nova; mas, as propostas anteriores não chegaram a ser consolidadas academicamente. Por exemplo, o historiador e etnólogo Ludwig Schwennhagen, que escreveu a obra *Antiga História do Brasil de 1100 antes de Cristo a 1500*, de 1928 (Cantarino, 2004, p. 85; Martin, 2008, p. 31), defendeu a presença fenícia no Brasil, promovendo, portanto, uma conexão direta com dinâmicas da História Antiga europeia.³¹ Muito diferente disso, desde o século XIX, a produção de narrativas sobre a experiência de grupos indígenas anteriores ao contato já eram propostas, como o projeto de criação de uma História Antiga e Moderna do Brasil, apresentado pelo IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) em 1840, o que foi atribuído ao naturalista Karl von Martius que se deteve, para a História Antiga brasileira, em uma formulação de base etnográfica.³² Entretanto, a proposta apresentada por Neves vai bastante além, e interessa, aqui, discutir três elementos básicos que ela apresenta: (1) a crítica ao esquema civilizatório como parâmetro para a história; (2) a caracterização negativa do conceito de pré-história; (3) a criação de uma História Antiga alternativa para a narrativa da História do Brasil.

(1)

A crítica ao esquema civilizatório enquadra-se em debates desenvolvidos ao longo do século XX. Por exemplo, Claude Lévi-Strauss já discutia, desde meados do século XX, a caracterização de povos sem escrita e a noção de civilização.³³ Ou seja, a questão não é nova, mas ainda parece bastante relevante quando se trata da história dos povos que habitavam o que se tornaria o território brasileiro, já que algumas das grandes obras de síntese estão amplamente baseadas na noção de civilização. É o caso da influente *História Geral da Civilização Brasileira*, que começa pela descrição do Período Colonial (“Do

³¹ Sobre isso, Schwennhagen dizia que os fenícios teriam chegado ao Brasil logo depois da Guerra de Troia, em cerca de 1100 a.C., e estabelecido uma colonização por cerca de 600 anos a partir de então (Ayoub, 1964, p. 31).

³² Ricupero (2007, p. 34); Kodama (2009, p. 154).

³³ Em um ciclo de conferências intitulado “Religions des peuples sans écriture” (C.N.R.S., publicado pela seção de Ciências Religiosas na ocasião do centenário da École Pratique de Hautes Études, sob o título *Problèmes et méthodes d’histoire des religion*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968) dirigido por C. Lévi-Strauss desde 1951 (quando substituiu M. Leenhardt), teve na sua origem (em 1888, e até 1954) o nome *Religions des peuples non civilisés* (Lévi-Strauss, 1997, p. 77-8). Essa mudança buscou justamente discutir de forma mais crítica o binômio escrita-civilização.

descobrimento à expansão territorial”).³⁴ A marca da civilização já aparece no Livro Primeiro (O Velho Mundo e o Brasil), amplamente ligado à descrição das instituições portuguesas. Os grupos indígenas aparecem apenas no Livro Segundo (“A terra e a gente”), e as populações mais antigas, as que são objeto de interesse das pesquisas arqueológicas (as que Neves situa na “História Antiga do Brasil”), estão inseridas no capítulo “Fundamentos geográficos da história brasileira”, onde estão apresentadas entre a descrição da paisagem, do clima e de características geológicas (Holanda, 2007, p. 65-82).

Se a discussão crítica sobre o conceito de história aparece indiretamente nesse debate sobre a História Antiga do Brasil, algo mais profundo, que está na base do constructo europeu acima descrito, não. Quando se apresenta essa História Antiga alternativa, o que se propõe, acredito, é a reavaliação de um processo histórico. Nesse sentido, não seria necessário propor, além disso, uma periodização alternativa? O Brasil teria uma História Antiga seguida por uma História Moderna? Vale lembrar que essa lógica de periodização já estava no seio das propostas de Von Martius e de Schwennhagen; e, pensando no cenário bem mais amplo, desde propostas como a de Bossuet. Ainda, a baliza final da História Antiga do Brasil, como esquema de periodização, a meu ver, ratifica a situação da Europa como um marco divisor da História do Brasil, na medida em que é a presença dos europeus que indica o fim de uma era e inaugura uma nova. Seria, assim, uma história organizada pela noção de anterioridade ao contato, pré-europeia?

Essas questões indicam que a proposição de uma História Antiga do Brasil, na sua crítica às referências civilizacionais próprias do pensamento europeu, poderia refletir sobre possíveis redefinições das categorias de tempo envolvidas, e a periodização é apenas uma delas. É devido lembrar, ainda, que o gênero história mobiliza certas noções de tempo e memória europeus. Como, então, lidar com experiências de grupos humanos que possuem diferentes noções de tempo e memória³⁵ sem sobrepô-las, conformando-as dentro da perspectiva europeia própria do discurso histórico?

³⁴ Holanda (2007).

³⁵ Para o pensamento mítico, ver Lévi-Strauss (2000), especialmente, p. 32-41, sobre a noção de pensamento mítico e alguns grupos indígenas, e p. 42-52, onde ele discute a participação ativa de indígenas na constituição de conhecimento que antes eram dominados por observadores externos, como etnógrafos, e a própria delimitação difícil de estabelecer entre o pensamento mítico e o pensamento científico “onde acaba a mitologia e onde começa a História?” (p. 46).

A integração da experiência humana pré-contato ao campo da história parece interessante, mas ainda aparece como predominante a perspectiva europeia sobre uma experiência alheia no conteúdo e na forma; o que fica claro quando se pensa no recorte “Brasil”, delimitado a partir das dinâmicas de um Estado-nação, com base territorial. Por que importa mais o território, essa dimensão material mais explícita do Estado-nação? Qual o significado dele para as populações indígenas pré-contato? E, mais que isso, considerando a variedade da sociedade brasileira, sua história antiga não seria também composta por aquelas de povos da África, da Ásia, e até da Europa, como histórias iniciais? Quais são os agentes dessa história – o cenário do contato ou os povos e sua integração?

A linha proposta na História Antiga europeia era o processo civilizatório, o que vem sendo fortemente criticado nas propostas “descolonizadas” e mesmo nos debates que apresentam um enfoque ambiental, como visto. No caso das novas histórias antigas, incluindo a do Brasil, qual é a linha? Em resumo, parece-me, a principal questão é que, se, por um lado, discute-se a caracterização de certa experiência em termos de um deslocamento da pré-história para a história, o que é positivo, mantém-se o componente próprio do Estado nacional, o que apresenta implicações no que se refere à compreensão dessas dinâmicas passadas. Mais que isso, mantém-se certo alinhamento com a perspectiva nacionalista da história dos inícios que se organizou ao longo do século XIX.

(2)

No debate dessa nova proposta, há a reavaliação de grupos que antes eram situados na Pré-história. Ou seja, a “História Antiga do Brasil” é um “novo” rótulo conveniente que substitui “Pré-história Brasileira”, como a “História Antiga da América” substitui a “América Pré-colombiana” (McNiven, 2009, p. 430), não necessariamente vista como pré-histórica.³⁶ Assim, considerando a caracterização da bibliografia sobre os grupos humanos que habitavam a América antes do contato, e a constante inserção de alguns deles como “civilizações”, parece que, no caso da América, não é necessariamente a Pré-história que organiza a História Antiga local, mas uma fase ou era anterior à chegada dos europeus. No caso da História Antiga do Brasil, a situação é mais complexa já que

³⁶ Ver, por exemplo, Stierlin (1979); Kuiper (2010, especialmente, p. 9-10).

ela articula os dois elementos: a manutenção da chegada dos europeus como o fim de uma era e a crítica da noção de pré-história, que geralmente caracteriza pejorativamente os povos que são enquadrados nela.

Percebe-se, com isso, que a substituição do conceito de “pré-história” por “história antiga” revela certo interesse em incluir determinadas experiências humanas em campos mais bem avaliados; mas, o apagamento da noção de “pré” pode desviar importantes debates em torno do termo e sua consequência na avaliação de determinados períodos. Mesmo no campo da História Antiga tradicional, há períodos caracterizados por nomes que revelam muito da percepção dos europeus sobre esse passado e sobre eles próprios. Por exemplo, a Idade do Bronze no Egeu que é caracterizada como pré- ou proto-história, o que revela um complexo debate em torno da noção de origem dos gregos e os referenciais para a sua identificação nesse contexto, como a língua; e a própria dificuldade de estabelecimento de narrativas históricas sobre o período que é visto tanto como pré-histórico (anterior aos gregos), como proto-histórico (o início da história dos gregos).³⁷

Situação parecida acontece na caracterização do período subsequente, cuja nomenclatura é bem variada, transitando entre Idade do Ferro Inicial, Período Homérico e Período Geométrico, cada qual com certa especificidade cronológica,³⁸ e que também é chamado de “Idade Obscura” ou “das Trevas” (*Dark Ages*), caracterizado pelo desaparecimento da escrita, da arte figurativa; ou seja, um período interpretado a partir da ideia de retração cultural e econômica. Atualmente, a “obscuridade” do período é bastante discutida,³⁹ mas a nomenclatura continua como testemunho desse debate que caracterizou originalmente tal processo histórico como negativo.

Podemos observar, ainda, na nomenclatura dos períodos arcaico e clássico, uma situação parecida de avaliação e hierarquia proposta entre épocas subsequentes. Mais que isso, eles revelam uma concepção de tempo de base biológica, que compreendia as dinâmicas históricas como algo que tem um período formativo (no caso, o arcaico), um auge (o clássico) e uma decadência (o

³⁷ Seguindo essa caracterização variada, Curtis Neil Runnels e Priscilla Murray, na publicação *Greece Before History: An Archaeological Companion and Guide*, por exemplo, compreendem como Grécia pré-histórica o período entre o paleolítico e a Idade do Bronze (Runnels e Murray 2001). Para uma discussão crítica dos termos e do debate atual sobre eles, ver Manning (2012).

³⁸ Para uma discussão sobre o conceito de Idade Obscura, ver Snodgrass (2000, p. 1-23).

³⁹ Ver, por exemplo, Barker (2002, p. 988); Silberman e Bauer (2012, p. 626).

período helenístico).⁴⁰ Arcaico e clássico, do ponto de vista hierárquico, foram amplamente rediscutidos e, também neste caso, os nomes, como testemunhas da avaliação acadêmica de determinados processos históricos, foram mantidos. A manutenção de alguns desses termos que surgem na avaliação depreciativa de determinadas épocas não significa, diretamente, a manutenção de uma perspectiva negativa de avaliação sobre elas. Em muitos desses casos, a crítica é extremamente ativa, mas por razões variadas, como a tradição de certas convenções, eles permanecem.

Discutir o conceito de pré-história é fundamental, tarefa que vem sendo apresentada por alguns especialistas que propuseram a desnaturalização das hierarquias entre povos baseadas em aptidões tecnológicas, urbanísticas, políticas etc.⁴¹ A grande questão, parece, é a forte identificação, de um lado, entre história e civilização, e, do outro, entre pré-história e selvagismo/barbárie; conforme certas adaptações a partir do esquema de Lewis H. Morgan.⁴² Ou seja, conferir aos grupos humanos que habitaram a região que atualmente é caracterizada como território brasileiro a integração à história é bastante positivo; entretanto, o problema parece residir na forma como a integração pode ser feita: a partir de uma noção de tempo e territorialidade europeus. Trazer esses povos para a história não significaria, também, considerar sua estrutura de narrativa do passado, suas concepções de tempo e de espaço? Além disso, imagino que seja importante, também, oferecer espaço no debate a seus descendentes, a fim de compreender seu ponto de vista no processo.

(3)

A partir desse cenário descrito, a História Antiga do Brasil parece ter duas questões sensíveis: lidar criticamente com a noção de pré-história, com sua adequação à caracterização dos povos que habitavam o que depois viria a ser território brasileiro, e com os conteúdos propriamente europeus que influenciam profundamente a constituição dessa história (noções de tempo, de espaço e mesmo a sua caracterização como uma época “pré-europeus”). A meu ver, uma

⁴⁰ Essa proposta de periodização da história da Grécia foi, em grande medida, influenciada pela proposta de Winckelmann relacionada à tipologia das esculturas (Hedrick Jr., 2008, p. 61; Gagarin, 2009, p. 212).

⁴¹ Ver nota 6. Ver, ainda, Schmidt e Mrozowski (2013, especialmente, p.1-68).

⁴² Por exemplo, Childe, (1988), como um todo; para a referência específica a Morgan, ver p. 26-8.

tarefa interessante seria apresentar um claro deslocamento desses elementos, propondo, por exemplo, periodizações e recortes territoriais a partir das noções dos povos citados. Dessa forma, inclusive a importância da chegada dos europeus no início do século XVI, como marco de uma nova era, poderia ser atenuada, já que, para muitos desses grupos, o contato só se deu em época bastante posterior. Entretanto, nesse debate, há um elemento que interessa sobremaneira ao tema geral aqui discutindo: em que medida essa história alternativa se relaciona com a versão tradicional? Ou seja, qual a relação entre a História Antiga do Brasil e a História Antiga?

Se essa alternativa é proposta como uma história dos inícios, parece que ela só reforçaria o distanciamento que a História Antiga tradicional vem apresentando com relação a narrativas sobre os inícios em escala geral. A reorganização do campo que atualmente se pensa como História do Mediterrâneo Antigo indica que, se ainda pensamos em uma história dos inícios, trata-se dos inícios de processos de integração do Mediterrâneo, e não mais da origem da civilização ocidental; apesar de certa resistência baseada na manutenção da noção dessa origem.⁴³

Dessa forma, a História Antiga tradicional vem, cada vez menos, sendo pensada como a base de uma “civilização brasileira”. Nesse sentido, a História Antiga do Brasil não é necessariamente uma alternativa à História Antiga

⁴³ É possível, atualmente, encontrar tanto reformulações deslocando a referência “clássica” como base do Ocidente, aventando-se outras possibilidades como origens africanas ou orientais para o Ocidente (ver Bernal, 1990; Ben-Jochannan, 1988; Hobson, 2004), até a manutenção do discurso tradicional, situando o mundo clássico como referência de origem. Por exemplo, ao discutir algumas das características básicas da “civilização ocidental”, Samuel P. Huntington (1997, p. 69-70) diz o seguinte: “Quais foram as características que distinguem a sociedade ocidental durante centenas de anos antes de ela ter se modernizado? Vários estudiosos têm respondido a essa questão, diferindo em alguns detalhes, mas estão de acordo sobre as principais instituições, práticas e crenças que podem legitimamente ser identificadas como o núcleo da civilização ocidental. Eles incluem o seguinte. O legado clássico. Como uma civilização de terceira geração, o Ocidente herdou muito das civilizações anteriores, incluindo mais notavelmente a civilização clássica. Os legados da civilização clássica ocidental são muitos, incluindo a filosofia e o racionalismo gregos, o direito romano, o latim, e o cristianismo. As civilizações islâmica e ortodoxa também são herdeiras da civilização clássica, mas nem de longe com a mesma intensidade do Ocidente” (*What were these distinguishing characteristics of Western society during the hundreds of years before it modernized? Various scholars have produced answers to this question which differ in some specifics but agree on the key institutions, practices, and beliefs that may legitimately be identified as the core of Western civilization. These include the following. The Classical legacy. As a third generation civilization, the West inherited much from previous civilizations, including most notably Classical civilization. The legacies of the West from Classical civilization are many, including Greek philosophy and rationalism. Roman law, Latin, and Christianity. Islamic and Orthodox civilizations also inherited from Classical civilization but nowhere near to the same degree the West did*).

tradicional como uma explicação dos inícios da História do Brasil, já que a História Antiga tradicional vem mudando e perdendo essa característica basilar. Há, mesmo na Europa, quem comece a entendê-la no campo da alteridade, como uma história do outro; pelo menos no que se refere a certas formulações acadêmicas.⁴⁴

Mas, seria a História Antiga do Brasil uma história dos inícios em termos absolutos? Ela definiria, agora, a parcela de história que explicaria a nossa origem? Considerando a grande variedade na composição da população brasileira, parece que não. As dinâmicas passadas, pré-contato, aqui indicadas, possuem um elemento que as dinâmicas europeias, africanas, asiáticas etc. não têm: elas estavam integradas a noções territoriais específicas que, em um processo longo de reorganização, foram caracterizadas como território brasileiro. Ou seja, o que hoje chamamos de território brasileiro foi, em algum momento, alvo da experiência desses grupos humanos muito tempo antes do processo de integração que se desenvolveu depois.

Assim, se o território não é o mesmo, já que a noção de território que define o Brasil depende de noções completamente alheias aos grupos que já estavam por aqui, o solo, as montanhas, os rios, entre outros, eram os “mesmos”. Dessa forma, a alternativa não poderia ser colocada do ponto de vista territorial, já que não há necessariamente uma conexão linear entre os territórios que se estabeleceram por aqui em uma escala milenar de tempo, mas uma conexão baseada em elementos mais básicos, como o solo que pisamos, os rios que conhecemos, e algo do conhecimento pré-contato que se manteve, como observado na toponímia e o conhecimento tradicional dos povos que aqui

⁴⁴ Sobre os romanos, por exemplo, Paul Veyne (2009, p. 11) diz o seguinte: “podemos achar que um historiador não tem necessariamente como função reconfortar arrivistas em suas ilusões genealógicas. A história, essa viagem ao outro, deve servir para nos fazer sair de nós, tão legitimamente quanto nos confortar em nossos limites. Os romanos são prodigiosamente diferentes de nós e, em matéria de exotismo, nada têm a invejar aos ameríndios e aos japoneses”. E, ainda sobre essa questão: “Há uma poesia do distanciamento. Nada mais longe de nós que essa antiga civilização; é exótica, digo, está extinta, e os objetos trazidos por nossas escavações são tão surpreendentes quanto os aerólitos. O pouco que nos passou da herança de Roma existe em nós em quão diluídas doses, e ao preço de que reinterpretações! Entre os romanos e nós, um abismo foi cavado pelo cristianismo, pela Filosofia alemã, pelas revoluções tecnológica, científica e econômica, por tudo o que compõe nossa civilização. E é por isso que a História romana é interessante: faz-nos sair de nós mesmos e obriga-nos a explicitar as diferenças que nos separam dela. Uma civilização menos distante não teria essa virtude; teríamos com ela uma linguagem comum, de modo que a maior parte do que o historiador viesse a dizer poderia passar por óbvia; seria então possível à historiografia demorar-se mais tempo na penumbra em que flutua o que é apenas vagamente concebido” (Veyne, 1983, p. 10-1).

habitavam e persistem. A questão que fica é se esses elementos são suficientes para se pensar em uma história dos inícios. Em resumo, o problema, parece-me, não é pensar a experiência desses grupos que habitavam o que seria depois o território brasileiro como história, mas imputar a essa história uma noção de antiguidade sem lidar mais profundamente com suas implicações temporais e espaciais.

A História Antiga no Brasil: menos que uma conclusão, um ponto de partida

A História Antiga, como visto, está no centro de uma série de debates. Desde as críticas à sua instrumentalização no seio de práticas imperialistas, até a sua reformulação com caráter mais específico, essencialmente mediterrânico, o que ensejou uma série de novas reflexões e seu reposicionamento paulatino nas grandes narrativas. Ou seja, se antes era esperado pensar a história dos Estados nacionais como tributárias de formas criadas pela experiência caracterizada como História Antiga, atualmente, tal situação é, pelo menos, polêmica. E, considerando esse cenário, parece bastante pertinente refletir sobre algumas questões mais específicas e sua conexão com os fenômenos mais amplos acima descritos. Por exemplo, cabe perguntar: por que estudar (ou se interessar) pela História Antiga no Brasil? Por que ela importa ao brasileiro? Parece-me que o encaminhamento de uma resposta (ou várias delas) deveria considerar que a História Antiga colocada em questão não é um fenômeno exclusivamente brasileiro ou “periférico”. Trata-se de um movimento de alcance internacional, e é devido compreendê-la nesse contexto mais amplo.

Como visto, o cenário crítico promoveu internamente um processo de reorganização do campo, que ainda está em curso; e, externamente, a criação de narrativas alternativas. Tudo isso vem causando um forte impacto na História Antiga, o que pode ser notado, por exemplo, em uma recente obra de síntese, o *Companion to Ancient History* (Erskine, 2009), na qual, antes da apresentação dos vários capítulos que tratam de temas importantes para esse campo de estudo, há uma seção chamada de *Personal Perspectives* (*Idem*, p. 1-10), reservada à reflexão de alguns pesquisadores de origem variada. Há, nessa espécie de introdução da obra, duas direções para se pensar a situação da História Antiga atualmente.

Uma delas é a sua justificativa em terreno de ampla crítica. “Por que eu estudo História Antiga e por que eu penso que ela é importante” (*Why I Study Ancient History, and Why I Suppose it Matters*, p. 1-3), por Josiah Ober da Stanford University, e “Por que História Antiga?” (*Why Ancient History?* - p. 3-5), por Peter Derow da Oxford University (Wadham College), apresentam esse tipo de reflexão proposta por especialistas de centros amplamente reconhecidos internacionalmente frente à nova situação do campo, em reflexões que vão além da disciplina. Ou seja, se o debate propõe-se mais amplo que os diálogos entre especialistas, parece que esse tipo de justificativa torna-se um elemento constante.⁴⁵

Relacionado a isso, observa-se, ainda, na mesma seção da obra, a apresentação de outras “vozes”, de perspectivas alternativas, como a versão de um pesquisador japonês (“Uma visão do Japão” - *A view from Japan* - p. 7-8) e de um australiano, (“A relevância da História Antiga – uma perspectiva australiana” - *The relevance of Ancient History: an Australian Perspective* - p. 8-10). Esse tipo de resposta indica, a meu ver, um pouco dessa nova situação do campo: se, antes, ele era amplamente necessário, e sua presença não precedia a necessidade de justificativa, atualmente, em muitos contextos, sua existência é relacionada a uma série de justificativas, que é o objeto maior da reflexão que proponho.

No que se refere à sua importância no Brasil, penso na História Antiga como um tema relevante de narrativas que influencia o debate sobre identidade e memória nacional e como uma perspectiva específica, brasileira, sobre esse campo de estudo da História. Nesse sentido, proponho três direções de reflexão, encaminhando algumas repostas que, cabe dizer, são abertamente pessoais e dispostas ao debate. Elas estão inseridas em um diálogo entre a especificidade colocada (a disciplina e a narrativa sobre o passado “antigo”, mediterrânico, no Brasil) e o ambiente internacional ao qual elas estão, em certa medida, conectadas. É importante notar que, se a História Antiga era um conteúdo fundamental na composição das narrativas históricas até, pelo menos, a primeira metade do século XX, atualmente ela vem perdendo espaço. É possível notar, em

⁴⁵ Tais questões aparecem frequentemente em reflexões de especialistas sobre o campo “História Antiga”. Ver, por exemplo, Morley (1999, p. 133-62); Budin (2004, especialmente, p. 3-10); Baumgarten (2010, p. 82), Mor (2014, p. 153) e Derow (2015, p. 15-7).

certos países (por exemplo, o Brasil), o crescimento da área de pesquisa; é o que diz boa parte da bibliografia sobre o tema⁴⁶. Mas a ampla autoridade e interesse que a História Antiga já teve, atualmente, são mais delimitados, já que outras propostas de narrativa disputam o mesmo espaço, o que me parece positivo.

Na sequência, apresento três questões que considero relevantes para o estabelecimento do debate aqui proposto, que não são fixadas nos limites deste texto. Uma delas é (A) a compreensão do gênero história, cuja formulação é grega e foi amplamente desenvolvido antes da aproximação com a disciplina histórica; a outra (B) é o exercício de alteridade que o estudo da História Antiga propõe; e, por fim, a última (C) é o conhecimento do objeto que, atualmente, vem sendo colocado no centro de críticas como uma formulação imperialista.

(A)

Quanto ao gênero história, penso que é fundamental que o contexto de sua criação e de seu uso original seja bem conhecido, considerando que a manipulação do gênero na modernidade e contemporaneidade não o modificou completamente. A narrativa histórica é um elemento central no mundo em que vivemos. Desde a organização de identidades em torno da seleção contínua de referências de memória, até sua mobilização política e ideológica, propondo explicações sobre determinados povos, culturas, classes sociais etc. Ou seja, não é possível pensar o mundo atual sem entender a influência da narrativa histórica. Entretanto, essa forma de narrativa não é nova. Como visto, foi basicamente organizada no “mundo antigo”, o que deixou marcas importantes nessa forma de contar as coisas.

Por exemplo, a história de Heródoto e de Tucídides, uma investigação tendo como base certo controle do que está sendo narrado, evidentemente não é a mesma narrativa que foi apropriada e reorganizada pela disciplina histórica, tendo como base a discussão iluminista anterior e certa conexão com o debate dos Estados nacionais. Entretanto, se observarmos as propostas já presentes em Heródoto e Tucídides, a lógica da seleção dos eventos narrados, os grandes feitos, e as grandes personagens apresentados em histórias e biografias helenísticas e romanas, é possível identificar dois elementos fundamentais que persistiram até, pelo menos, a primeira metade do século XX, com raras exceções.

⁴⁶ Ver nota 3.

A partir disso, é possível considerar que a narrativa da História do Brasil em torno de “grandes personagens”, sobretudo ligadas ao campo da política (por exemplo, Dom Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva, Tiradentes; e mesmo nas reformulações no contexto das críticas mais recentes, como a eleição de novos “heróis” nacionais como Zumbi dos Palmares), e “grandes feitos” (o descobrimento no contexto da expansão ultramarina portuguesa, a Guerra do Paraguai etc.), aparece dentro de certos critérios bastante tradicionais que a abordagem disciplinar da história vinha apresentando desde o século XIX, mas também muito antes disso. Esses são elementos importantes e já colocados como centrais no discurso de historiadores antigos como Heródoto, Tucídides, Políbio, Dio Cássio e muitos outros.

Outros elementos, como a característica exemplar da história (*historia magistra vitae*), proporcionando um tipo de narrativa com conteúdo fortemente moral, por exemplo, que alcançou a disciplina histórica no século XIX com certa autoridade, e o senso comum até atualmente, também é uma formulação antiga, já explicitamente presente no *De Oratore* II, 36, de Cícero (séc. I a.C.).⁴⁷ E esses são apenas alguns elementos que indicam a influência de elementos próprios da narrativa histórica no mundo antigo e que foram apropriados ao longo do tempo. Ou seja, não é possível pensar a nossa compreensão do discurso histórico sem as marcas que a formulação antiga deixou.

Como cidadãos de um Estado que situa a história em certa posição de destaque, atribuindo-lhe, por exemplo, presença constante em currículos escolares desde o ensino básico até o universitário,⁴⁸ parece bastante importante conhecer os percursos desse gênero e em que medida a sua forma antiga ainda é influente. Entretanto, não se trata apenas de uma discussão do gênero em si, em termos de uma abordagem literária, mas de conhecer mais profundamente o contexto e os elementos que proporcionaram o deslocamento de narrativas

⁴⁷ Para a formulação antiga do conceito e sua apropriação moderna, ver Pires (2007, p. 108-114).

⁴⁸ É importante notar, aqui, que, diferente da História, áreas como a Arqueologia, no Brasil, demoraram muito mais para se consolidarem como campo de pesquisa; e mesmo a formação básica em graduações é um fenômeno recente. E, além disso, não são conteúdos presentes efetivamente nas disciplinas dos ensinos fundamental e médio, sendo inserida em questões relacionadas a “temas transversais”. Ao contrário, a História, desde o século XIX é situada como conteúdo básico da formação escolar; e, mais recentemente, os debates sobre a reformulação da Base Nacional Curricular Comum, e a votação da reforma do Ensino Médio pelo Congresso Nacional em amplo diálogo com o governo federal, aconteceram em meio a amplos debates e críticas, indicando que muitos setores da sociedade civil consideram que a História ainda seja um conteúdo fundamental para a formação do cidadão brasileiro.

pautadas em formas orais e no registro mítico, para um tipo de discurso mais detidamente ligado à lógica da investigação, e da ideia de controle mais forte do conteúdo narrado. Ou seja, se consideramos a história como um elemento importante para a sociedade brasileira, é imprescindível conhecer o mundo que organizou essa forma de contar as coisas. E podemos estender esse argumento a outros elementos como o teatro, a poesia etc.

(B)

O outro elemento destacado é a História Antiga como um exercício de alteridade. A nossa inserção em determinado Estado nacional, em atividades cotidianas, centrados em uma língua, em símbolos que articulam a coletividade local ou regional, diante de fenômenos econômicos, políticos, culturais etc. com amplitude diversificada, expõe-nos a leituras das dinâmicas mais próximas, mais bem conhecidas, e aquelas mais distantes, cuja compreensão frequentemente é mediada por nossa visão de mundo. Ora, a história oferece-nos um terreno bastante fértil para pensar o outro, não apenas distante no espaço, mas também no tempo. O habitante destas terras em um passado muito distante, aqueles incluídos na História Antiga do Brasil, por exemplo, e os gregos, os romanos, os egípcios, os mesopotâmicos também.

Dessa forma, a lógica do distanciamento entre pesquisador e objeto, que na História torna-se, em muitos casos, mais fácil dada a distância temporal entre um e outro, ratifica-se na lógica da observação do outro. Um grupo que não é o nosso, uma experiência que não nos pertence, tarefa por vezes difícil quando se projeta para o passado a nossa origem organizada em termos de uma linhagem, de uma herança. Se considerarmos, de fato, a História como um “inventário de diferenças” (Veyne, 1983), a compreensão do Mundo Antigo apresenta um duplo ganho para o cidadão brasileiro. O primeiro é o contato com debates sobre uma experiência do outro, o que nos permitiria pensar nas nossas questões em perspectiva mais ampla. A cidade antiga, aquela que foi organizada na Mesopotâmia e no Egito, a pólis como a Atenas do Período Clássico, a metrópole de um império como Roma, seriam, assim, exemplos que permitiriam reflexões sobre a diversidade da experiência humana no planeta e não a nossa origem.

Entretanto, esse ganho não é específico da compreensão do mundo antigo. A compreensão da experiência humana no Japão, na África, na Austrália,

também nos ajudaria a exercitar a alteridade. Mais que isso, a observação da experiência do *Homo Sapiens* no planeta apresentaria a mesma vantagem: a observação do nosso grupo (brasileiros, americanos, membros de uma comunidade ocidental, etc.) diante de formas muito variadas de organização de grupos humanos ao longo do tempo. Mas a História Antiga apresenta um segundo ganho: trata-se de um exercício de alteridade que nos coloca diante de outro processo: aquele que organizou a lógica de herança cultural. Ou seja, teríamos, nesse sentido, além de um exercício de alteridade, como nos outros casos, a possibilidade de nos colocarmos criticamente no debate sobre a lógica de herança cultural baseada, sobretudo, na noção de mundo ocidental, o que nos leva ao último ponto aqui destacado, o conhecimento do objeto que se posiciona no centro de debates críticos que chamei aqui de pós-colonial ou descolonizado.

Dessa forma, a História Antiga nos apresenta uma possibilidade ímpar de observação crítica de esquemas de identidade e memória, e o cenário amplo de crítica é, em certa medida, responsável por isso. Ao contrário, se pensarmos na recente inclusão consistente de temas relacionados à temática indígena e africana (ou afrodescendente), os debates críticos, no que se refere aos esquemas identitários, ainda estão por ser feitos de forma mais profunda. Por exemplo, a própria ideia de uma África unificada que ronda muitas interpretações sobre o continente, a dificuldade de compreensão e publicização da variedade cultural africana e dos desenvolvimentos das populações que foram transportadas ao Brasil, indicam isso. Há, claramente, estudos que apresentam essas especificidades, mas o discurso mais abrangente observa tais conteúdos de forma bastante positiva e generalista. E o mesmo poderia ser dito sobre a caracterização da temática indígena.

O mais complexo é entender a lógica de “contribuições” a partir do discurso das três matrizes, presentes em boa parte da bibliografia influente sobre a História do Brasil. Ora, é importantíssimo compreender a história africana, indígena, e seus desenvolvimentos específicos na História do Brasil. A presença crescente desses conteúdos deve ser louvada. A questão complicada é a manutenção de um constructo multirracial, com alcance nacional, baseado na origem indígena, africana e europeia dos brasileiros, o chamado “mito das três raças”. De qualquer forma, enquanto na lógica de explicação de nosso Estado nacional esse repertório vem sendo afirmado, a História Antiga vai se retirando

como explicação taxativa da origem do que somos, e é justamente quanto a isso que o ganho para o debate sobre a identidade do brasileiro pode ser bastante efetivo: no que se refere à História Antiga, cada vez mais fica explícito que não é da nossa origem que se trata e, como ela é ainda bastante presente no nosso cotidiano, há um campo bastante favorável para as discussões críticas sobre o que somos.

(C)

Como visto, as críticas à História Antiga (*uma disciplina* vista como imperialista, na medida que articulou *uma narrativa* centrada em processos propriamente europeus como delineadores de fenômenos globais) aparecem a partir de várias direções. Entretanto, muito da crítica se estabelece a partir de um cenário de amplo desconhecimento do que seja a História Antiga. A ampla reformulação da disciplina apresenta propostas, cabe dizer, cada vez menos imperialistas. Por exemplo, a História Antiga tradicional, que vem passando por um amplo processo de reorganização, passa, inclusive, a ser chamada cada vez mais de “História do Mediterrâneo Antigo”, acrescentando a ela uma especificidade importante: ela não é mais uma história absolutamente generalista, em termos universais ou civilizatórios, e nem necessariamente clássica. Com isso, a nossa relação pode ser definida não mais pela noção de periferia de um processo ou de uma disciplina, mas como observadores de uma experiência alheia; um exercício de alteridade como indicado acima.

Essa situação parece ter especial importância por dois motivos. O primeiro é a base da crítica à História Antiga. Em termos panfletários, pode-se dizer que ela não nos serve, que ela é necessariamente imperialista, que ela contribuiu para a organização de uma identidade periférica na maior parte do planeta, inclusive no Brasil. Muitos desses argumentos são bastante válidos, mas sua validade é parcial. A História Antiga vem mudando e essas mudanças apresentam um forte componente autocrítico. Por exemplo, a perspectiva racista dos Estudos Clássicos ao longo do século XIX e XX, apresentada por Martin Bernal (1990), ainda é tema de debate e promoveu uma ampla reflexão sobre alguns critérios narrativos da História Antiga. O que quero dizer é que a crítica estabelecida à História Antiga (se ela é importante ou não para nós) deveria partir de um conhecimento mais profundo do campo. Sem isso, restam apenas

impressões um tanto desatualizadas sobre ela, o que afeta sensivelmente a qualidade do argumento crítico.

Relacionado a isso, o segundo motivo é a própria mobilização de uma consciência crítica da nossa relação com a História Antiga. Fica cada vez mais claro que não se pode criar narrativas em termos exclusivos de uma herança cultural; ou seja, não há uma linha direta entre nós e esse Mundo Antigo, por mais que haja vários elementos criados naquele contexto e que são presentes no nosso cotidiano. O gênero história é apenas um deles. Mas isso não significa que sejamos herdeiros dos gregos e dos romanos dentro de uma história da civilização ocidental; talvez sejamos herdeiros de um projeto moderno europeu que cunhou uma trajetória civilizatória cujo ponto inicial é a História Antiga. Com isso, é interessante que se pense no alheamento desse processo como uma nova tomada de posição. Se não somos mais os herdeiros distantes do mundo clássico, a própria noção de periferia pode ser repensada. Observamos o outro e essa situação não se define em termos de uma periferia diante um centro distante.

Referências Bibliográficas

- Ayoob, J. C. *Ancient inscriptions in the New World or were the Phoenicians the First to discover America?* Pittsburgh: B.K. Elliott, 1964.
- Barker, G. (ed.) *Companion Encyclopedia of Archaeology*, vol. 1-2. London; New York: Routledge, 2002.
- Baumgarten, A. I. *Elias Bickerman as a Historian of the Jews: A Twentieth Century Tale*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010.
- Ben-Jochannan, Yosef. *Africa: Mother of Western Civilization*. New York: Alkebu-lan Books Ass, 1988.
- Bentley, M. (ed.) *Companion to Historiography*. London: Routledge, 2006.
- Bernal, M. *Black Athena: Afro-Asiatic Roots of Classical Civilization: The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985 Vol. 1*. Brunswick: Rutgers University Press, 1990.
- Bossuet, J. B. *Discours sur l'histoire universelle*. Paris: Sebastien Mabre-Cramoisy, 1681.
- Budin, S. L. *The Ancient Greeks: New Perspectives*. Santa Barbara: ABC-CLIO, Inc, 2004.
- Burger, M. *The Shaping of Western Civilization: From Antiquity to the Present*. North York: University of Toronto Press, 2013.
- Burke, P. A história como memória social. In: *O mundo como teatro: Estudos de Antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.
- Cantarino, G. *Uma ilha chamada Brasil: o paraíso irlandês no passado brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- Carreira, J. N. *História antes de Heródoto*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1993.
- Chevitarese, A. L.; Cornelli, G. & Silva, M. A. de O. (orgs.) *Tradição clássica e o Brasil*. Brasília: Fotium Editora, 2008.
- Cheyne, T. K. *The relations between civilized and uncivilized races*. Oxford: T. and G. Shrimpton, 1864.
- Childe, V. G. The urban revolution. *The town review*, vol. 21, n. 1, 1950, p. 3-17.
- _____. *O que aconteceu na história*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara S.A, 1988.
- Davenport, B. *History of the United States: containing all the events necessary to be committed to memory; with the Declaration of Independence, the Constitution of the United States, and a table of chronology*, 1843.
- Demirci, M. () Historical view of Islam in the Wake of Eurocentric History. In: Sunar, L. (ed.) *Eurocentrism at the Margins: Encounters, Critics and Going Beyond*. London; New York: Routledge, 2016.
- Derow, P. *Rome, Polybius, and the East*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- Dewald, C. "Paying attention: history as the development of a secular narrative". In: Goldhill, S.; Osborne, R. (eds.) *Rethinking revolutions through Ancient Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 164-82.

- Dussen, J. Van der. *Studies on Collingwood, History and Civilization*. London: Springer, 2015.
- Erskine, A. (ed.) *Companion to Ancient History*. Malden; Oxford: West Sussex: Blackwell Publishing Ltd, 2009.
- Fagan, B. M.; Beck, C. () *The Oxford Companion to Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- Fillafer, F. L. "A world connecting? From the unity of History to Global History". *History and Theory*, vol. 56, n. 1, 2017, p. 3-37.
- Fomenko, A. T. *Empirico-Statistical Analysis of Narrative Material and its Applications to Historical Dating*. Vol. II: The Analysis of Ancient and Medieval Records. Berlin: Springer Science & Business Media, 2013.
- Francisco, G. da S. "Somos todos gregos': a influência da Grécia de Percy B. Shelley". *Revista História e Cultura*, v. 2, n. 3., 2013, p. 17-40.
- _____. Breve Introdução à Arquitetura Clássica em São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- Francisco, G. da S.; Morales, F. A. "Desvelando o Atenocentrismo". *Revista de Cultura e Extensão USP*, n. 14, 2016, p. 67-79.
- Funari, P. P. A.; Silva, G. J. da Martins, A. L. "Os avanços da História Antiga no Brasil". In: *História antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume Editora, 2008, p. 7-10.
- Gagarin, M. (ed.) *Ancient Greece and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- Godwin, P. *The History of France: Ancient Gaul*. New York: Harper & Brothers, 1860.
- Gran, P. *Beyond Eurocentrism: A New View of Modern World History*. New York: Syracuse University Press, 1996.
- Guarinello, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.
- Hamilton, E. *O eco grego*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Landy, 2001.
- Hartog, F. (org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- _____. *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time*. Translated by Saskia Brown. New York: Columbia University Press, 2015.
- Heddrick Jr, C. W. *Ancient History: Monuments and Documents*. Oxford; Malden: Blackwell, 2008.
- Higgins, C. *It's all Greek to me: from Homer to the Hippocratic oath, how ancient Greece has shaped our world*. New York: Harper Collins Publishers LLC, 2010.
- Hobson, J. M. *The Eastern Origins of Western Civilisation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- Holanda, S. B. de (ed.) *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial. Vol. 1. Do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- Horden, P.; Purcell, W. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Malden: Blackwell, 2000.
- Hunter, V. J. *Past and Process in Herodotus and Thucydides*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- Huntington, S. P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon and Schuster, 1997.
- Iannone, A. P. *Dictionary of World Philosophy*. London: Routledge, 2001.
- Kodana, K. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- Kuiper, K. *Pre-Columbian America: Empires of the New World*. New York: The Rosen Publishing Group, 2010.
- Le Goff, J. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- Le Goof, J. *The Medieval imagination*. Trad. Arthur Goldhammer. Chicago; London: University of Chicago Press, 1992.
- Le Goff, J.; Nora, P. *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiado, 4ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed. S.A, 1995.
- Lévi-Strauss, C. *Vues perspectives*. Saint-Amand: Impremierie Bussière, 1997.
- _____. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- Martin, G. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.
- Martin, S. R. "Hellenization" and Souther Phoenicia: Reconsidering the impact of Greece before Alexander. University of California, Berkeley. ProQuest Dissertations Publishing, 2007.
- Malkin, I. Postcolonial concepts and ancient Greek colonization. *Modern Language Quarterly* 65 (3), 2004, p. 341-64.
- Manning, S. W. Chronology and terminology. In: Cline, E. H. (ed.) *The Oxford Handbook of the Bronze Age Aegean*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 11-28.
- Mattingly, D. J. *Imperialism, Power, and Identity: Experiencing the Roman Empire* Princeton: Princeton University Press, 2013.
- McNiven, I. J.; Russell, L. "Toward a postcolonial Archaeology of Indigenous Australia". In: Bentley, A.; Maschner, H. D. G.; Chippindale, C. *Handbook of Archaeological Theories*. Lanham; New York; Toronto, Plymouth: Rowman & Littlefield Publ. Inc, 2009.
- Moore, J. S. *Pre-glacial Man, and Geological Chronology: For Three Millions of Years Before the Year 1800, A.D.* Dublin: Hodges, Foster and Co, 1869.
- Mor, M. Who is a Samaritan. In: Greenspoon, J. (ed.) Who is a Jew?: Reflections on History, Religion, and Culture. Proceedings of the Twenty-Fifth Annual Symposium of the Klutznick Chair in Jewish Civilization and the Harris Center for Judaic Studies, October 28-29, 2012. West Lafayette: Purdue University Press, 2014, p. 153-68.

- Morgan, L. H. *Ancient society or researches in the lines of human progress from savagery to civilization*. New York : H. Holt and Company, 1877.
- Morley, N. *Writing Ancient History*. New York; Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- Morris, I.; Scheidel, W. What is Ancient History? *Daedalus*, vol. 145, 2, 2016, p. 113-21.
- Motta, M. M. M. História, memória e tempo presente. In: Cardoso, C. F.; Vainfas, R. (orgs.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 21-36.
- Neves, E. G. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- _____. “Uma rede de fios milenares: um esboço da História Antiga do Rio Negro”. In: *Baré: povo do rio*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015 p. 42-59.
- Penrose, W. D. *Postcolonial Amazons: Female Masculinity and Courage in Ancient Greek and Sanskrit Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Pires, F. M. *Modernidades tucidideanas: ktēma es Aei*, Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2007.
- Pitcher, L. *Writing Ancient History: An Introduction to Classical Historiography*. London; New York: I.B. Tauris, 2010.
- Reeves, J. *Reeves' History of the English Law: From the Time of the Romans, to the End of the Reign of Elizabeth*. Vol. 1, London: Reeves & Turner, Chancery Lane, 1869.
- Ricupero, B. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da unidade nacional”. In: Brandão, G. M.; Lima, M. C.; Reis, R. R. *Regionalismos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Humanitas, 2007, p. 29-44.
- Runnels, C. N.; Murray, P. *Greece Before History: An Archaeological Companion and Guide*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- Sato, M.; Woolf, D.; Tortarolo, E.; Rabasa, J. *The Oxford History of Historical Writing*, Vol.3. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- Scanlon, T. F. *Greek Historiography*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2015.
- Schmidt, P. R.; Mrozowski, S. A. (eds.) *The death of Prehistory*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Silberman, N. A.; Bauer, A. A. *The Oxford Companion to Archaeology*, Vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- Silva, G. J. da. Os avanços da História Antiga no Brasil. “Anais do XXVI Simpósio Nacional de História”. São Paulo: ANPUH, 2011.
- Smith, M. E. V. Gordon Childe and the Urban Revolution: a historical perspective on a revolution in urban studies. *TPR*, n. 80, vol. 1, 2009, p. 3-29.
- Snodgrass, A. *The Dark Age of Greece: An Archaeological Survey of the Eleventh to the Eighth Centuries BC*. New York: Routledge, 2000.
- Stichele, C. V.; Penner, T. *Contextualizing Gender in Early Christian Discourse: Thinking Beyond Thecla*. London; New York: Bloomsbury Publishing, 2009.

Stierlin, H. *The pre-Colombian civilizations: the world of the Maya, Aztecs, and Incas*. New York: Sunflower Books, 1979.

Veyne, P. O inventário de diferenças. História e Sociologia. Tradução: Sônia Saizstein, São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. *História da vida privada*. Do império ao ano mil. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

Vlassopoulos, K. *Greeks and Barbarians*. New York: Cambridge University Press, 2013.

Webster, J.; Cooper, N. J. *Roman imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: University of Leicester, 1996.

Woolf, G. World-systems analysis and the Roman empire. *Journal of Roman Archaeology*, Vol. 3, 1990, p. 44-58.

Worcester, J. E. *History, Ancient and Modern*. Boston: Hilliard, Gray & Co, 1834.